

AS TICS E A POSSIBILIDADE DO JORNALISMO PARTICIPATIVO ENQUANTO PRÁTICA CIDADÃ

Amanda Medeiros

Mestranda em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). Integrante do Grupo de Pesquisa Pragma/CNPq e membro do Lapecos/UFRN e do INPECC. Email: amanda.cnth@gmail.com.

Juciano Lacerda

Docente do PPgEM/UFRN. Coord. do Lapecos/UFRN. Coord. do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom. Co-fundador do INPECC. Pesquisador no Pragma/CNPq, no Nesc/UFRN e no Processocom/CNPq. Email: juciano.lacerda@gmail.com.

Resumo

O presente artigo objetiva desenvolver uma discussão teórica acerca da ideia do jornalismo participativo enquanto prática cidadã. Para tanto, discutimos inicialmente as mudanças ocasionadas na prática jornalística devido à presença marcante das TICs, e seguimos com uma abordagem acerca do (web)jornalismo participativo. Encerramos a nossa exposição teórica ao apresentar o conceito de cidadania comunicativa e concluir que o jornalismo participativo pode sim ser considerado como prática cidadã, desde que tomado em sua essência.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação; Jornalismo Participativo; Cidadania Comunicativa

Abstract

This paper intends developing a theoretical discussion on the idea of participatory journalism as a practice of citizenship. For this, we start discussing the changes on the journalistic practices caused by the striking use of the information and communications technologies and follows an approach on participatory (web)journalism. For a closure, we present the concept of communicative citizenship and conclude that participatory journalism can indeed be considered as a citizen practice, once taken by its gist.

Keywords: Informations and Communications Technologies; Participatory Journalism; Communicative Citizenship

Resumen

Este artículo tiene como objetivo desarrollar una discusión teórica acerca de la idea del periodismo participativo como práctica ciudadana. Para ello, hemos discutido inicialmente los cambios causados en la práctica periodística, debido a la fuerte presencia de las TICs, y seguimos con un enfoque sobre el (web)periodismo participativo. Terminamos nuestra exposición teórica al introducir el concepto de ciudadanía comunicativa y concluir que el periodismo ciudadano en verdad se puede considerar como una práctica ciudadana, ya tomado en su esencia.

Palabras clave: Tecnologías de la Información y de la Comunicación; Periodismo Participativo; Ciudadanía Comunicativa

1. Introdução

A ocupação de novos espaços pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) acarretou em mudanças sociais e tecnológicas. Os limites do tempo e do espaço se desfizeram, as interações face a face deram lugar às interações mediadas, logo, as relações passaram a ser cada vez mais virtuais. Em tempos de rede, de informações fluidas, de soluções rápidas, o mesmo sujeito que um dia assumiu papel passivo¹ diante da produção noticiosa, hoje pode facilmente atuar como colaborador ou mesmo produtor desse conteúdo.

O jornalismo participativo, mais do que uma modalidade, é um tipo de prática jornalística que pode ser percebida tanto nos meios alternativos de se fazer comunicação, quanto junto aos grandes veículos midiáticos. Todavia, somente a análise do contexto poderá nos afirmar ou negar o caráter de fato democrático dessa prática, visto que a proposta do cidadão repórter não raro é utilizada com o intuito de se conseguir informação rápida e sem custo, em detrimento da ideia de liberdade de expressão.

Neste sentido, com o intuito de abordar a possibilidade do jornalismo participativo enquanto prática cidadã, buscamos primeiramente tratar das mudanças ocasionadas na prática jornalística devido à presença marcante das TICs, para então seguirmos com uma discussão acerca do (web)jornalismo participativo. Encerramos a nossa exposição teórica apresentando o conceito de cidadania comunicativa e analisando o jornalismo participativo enquanto prática cidadã.

2. Webjornalismo: a internet como fator de mudanças e espaço de resistência do sujeito ativo

Ao afirmar que o jornalismo vive um boom devido, principalmente, ao impacto da internet, Ramonet (2013) inicia uma discussão em que apresenta as mudanças nas práticas jornalísticas e as consequências dessas mudanças para os grupos sociais, estejam eles dentro ou fora da bolha digital. Ainda segundo o mesmo autor (2013, p. 85), “ao criar um continente midiático inédito, a internet produz um jornalismo novo (blogs, redes sociais), em concorrência direta com o jornalismo tradicional”, dessa forma, os sujeitos sociais não dependem puramente dos grandes meios de comunicação e passam a ser tanto receptores quanto produtores – ou colaboradores – de informação, os ditos “neojornalistas”; aqui se encerra a ideia de comunicação linear e estática proposta por Shannon e Weaver nos anos 40.

Ainda que consideremos o fato da exclusão digital, é lícito afirmar que há sim mudanças no cenário da comunicação midiática tanto por parte dos que fazem profissionalmente este campo, quanto por aqueles que estão “do outro lado da telinha”; de acordo com Ramonet (2013, p. 88), “seja como for, na atualidade há uma ruptura do monopólio, o que faz com que cada cidadão se transforme no que eu chamo de web actor [ator da rede]: qualquer pessoa pode entrar na internet e, assim, modificar, comunicar, etc”.

No que diz respeito aos profissionais da área, podemos falar de mudanças nas práticas de apuração e produção de conteúdo que agora se voltam para as páginas da internet. Schwingel (2012) nos diz que a apuração no ciberjornalismo tipifica padrões já consolidados em outras modalidades jornalísticas, todavia, no decorrer de sua discussão, afirma que:

“No ciberjornalismo, umas das diferenciações da apuração jornalística é a grande quantidade de informações disponíveis da web e a forma de buscá-las. Ferramentas de busca e seleção baseadas em algoritmos de programação, como o caso do Google News, demonstram que muitas vezes a disponibilização das informações não garante o fácil acesso e seleção das mesmas, requerendo sistemas específicos de buscas inteligentes.” (SCHWINGEL, 2012, p. 91).

A autora fala ainda da interatividade como fator de diferença; em consonância com Ramonet, ela diz que em função disso a forma de interagir com os produtores da informação passou a ser bem mais direta e, conseqüentemente, “o acesso ao campo jornalístico tornou-se ‘instantaneizado’” (SCHWINGEL, 2012, p. 92).

Acerca do sistema de produção, Schwingel (2012), ao tratar do ciberjornalismo, propõe uma subdivisão em três etapas: composição, edição e disponibilização do conteúdo. Tais etapas são apresentadas pela pesquisadora com características pertinentes ao ciberespaço, o que, por si só, demonstra que algumas mudanças foram necessárias à concretização do jornalismo para a web.

“A primeira refere-se à construção narrativa da matéria, à programação visual (diagramação), à elaboração da arquitetura da informação estrita da matéria, à inclusão dos recursos multimidiáticos e de metadados. A segunda, ao processo de revisar, readequar, reposicionar os conteúdos, tendo em vista regras e normas gramaticais e relação ao manual do cibermeio, às definições editoriais, bem como ao contexto da editoria (canal ou sessão) e ao produto como um todo. Por sua vez, a disponibilização visa permitir deixar os conteúdos acessíveis a seus leitores, a outros jornalistas na ambiência web.” (SCHWINGEL, 2012, p. 99).

Em outros tempos o jornalismo participativo se dava através de cartas enviadas aos programas, ou ligações; tais conteúdos, na grande maioria das vezes, passavam por um processo de edição antes de serem apresentadas à audiência. Com a disseminação das TICs, o processo de participação na produção jornalística assume uma postura mais democrática – em muito, de resistência –, uma vez que, como acontece de forma direta, as possibilidades de edição do conteúdo diminuem e a facilidade do acesso se multiplica. Em tempos de comunicação em rede, chegamos, portanto, ao webjornalismo² participativo: “práticas desenvolvidas em seções ou na totalidade de um periódico noticioso na Web, onde a fronteira entre produção e leitura de notícias não pode ser claramente demarcada ou não existe”. (PRIMO & TRÄSEL, 2006, p. 47)

Há cerca de dez anos o webjornalismo ocupou seu espaço no cenário midiático; se existia uma fronteira rígida separando autor de leitor, hoje, busca-se a desconstrução dessa fronteira em torno, principalmente, da ideia de webjornalismo participativo, que teve seu desenvolvimento favorecido por condições como:

“Maior acesso à internet e interfaces simplificadas para publicação e cooperação online; popularização e miniaturização de câmeras digitais e celulares; a “filosofia hacker” como espírito de época; insatisfação com os veículos jornalísticos e a herança da imprensa alternativa.” (PRIMO & TRÄSEL, 2006, p.39).

Sobre o acesso à internet, entre os principais motivos de sua ampliação temos a redução de custo das tecnologias digitais e a ampliação dos serviços gratuitos; somado a esses fatores, espaços virtuais colaborativos, como as *wikis*³, favorecem a participação dos sujeitos nos processos de redação, circulação e debate de notícias. Além disso, a popularização de tecnologias digitais permite que cada vez mais – e mais rapidamente – os sujeitos consigam captar conteúdos e multiplicá-los através, ou não, dos grandes veículos de comunicação.

A publicação de fotos e vídeos por pessoas comuns em Dispositivo Híbrido Móvel de Conexão Multirredes (DHMCM) é considerada um fenômeno da potência da mídia pós-massa; fenômeno esse que, por sua vez, está diretamente ligado aos três princípios da cibercultura colocados por Lemos (2006, *apud* LEMOS, 2007): qualquer um pode fazer vídeos e fotos; essa produção só faz sentido em conexão (princípio em rede); e essa conexão modifica práticas sociais e comunicacionais (princípios de reconfiguração).

A “filosofia hacker” proposta por Santos (2002, *apud* PRIMO & TRÄSEL, 2006, p. 39) se baseia no discurso em defesa da livre circulação de informações, defendendo a ideia de que “o conhecimento deva ser visto não como mercadoria, mas como um bem coletivo que, portanto, precisa ser sempre compartilhado” (PRIMO & TRÄSEL, 2006, p. 40), a exemplo do sistema operacional Linux. No contexto jornalístico, quando se trata de construção participativa da notícia, alguns estudiosos optam por usar o conceito open source: “No jornalismo open source, o sujeito que lê é o mesmo que escreve as notícias, compartilhando responsabilidades e tendo no envolvimento pessoal sua principal moeda de troca” (BRAMBILIA, 2005, *apud* PRIMO & TRÄSEL, 2012, p. 41).

Por fim, quanto à insatisfação das audiências, podemos elencar motivos como a suposta parcialidade dos veículos e as imprecisões nas informações repassadas, o que fazem com que os sujeitos empreendam esforços, individuais ou coletivos, para produzir suas próprias informações. Caímos aqui no contexto da mídia alternativa, último ponto apresentado por Primo (2006); trata-se da produção noticiosa desvinculada das grandes empresas jornalísticas, na maioria das vezes um instrumento de resistência e ativismo, que tem encontrado na internet um espaço democrático de comunicação, uma ferramenta catalisadora das mudanças sociais (CASTELLS, 2001).

Discute-se hoje sobre o papel do cidadão-repórter⁴, pondo em xeque a credibilidade daquilo que ele produz por não possuir o conhecimento técnico do profissional jornalista. Todavia, sabe-se que a manutenção da fronteira entre o jornalista (que produz) e a audiência (que consome) vai além da questão do conhecimento técnico e do resultado do produto, passando por interesses comerciais e pelo jogo de dominantes e dominados que muito interessa à sociedade capitalista, atingindo, portanto, a ideia de democratização da comunicação.

3. Cidadania comunicativa e o jornalismo participativo enquanto prática cidadã

Para adentrarmos na ideia de democratização da comunicação partimos do fato de que o direito à comunicação abre perspectivas imensas do ponto de vista de garantias ao cidadão, neste sentido, democratizar a comunicação passa a ser, portanto, “garantir a circulação da diversidade e da pluralidade de ideias existentes na sociedade, isto é, a universalidade da liberdade de expressão individual e coletiva” (LIMA, 2009, p. 01). Assim sendo, é válido afirmar que a proposta de jornalismo participativo, quando bem aplicada⁵, vai ao encontro da ideia de democratização da comunicação, uma vez que oferece ao cidadão possibilidades para que possa exercer a liberdade de expressão. Em consonância com Lima (2009), Motta (2008) diz que “a mídia só se transformará em um espaço público democrático, representativo da pluralidade da sociedade, se as várias verdades e pontos de vista antagônicos forem simultaneamente e permanentemente tornados públicos e acessíveis”. (MOTTA, 2008, p. 37), o que é acaba por ser facilitado devido à presença massiva das TICs.

Diretamente ligado à ideia de democratização da comunicação, temos o conceito de cidadania comunicativa que, segundo Cogo (2012), é concebida em termos de possibilidades de democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade, gestão, produção e distribuição dos recursos comunicacionais. Mata (2006, p. 13) acrescenta que cidadania comunicativa implica no “desarrollo de prácticas tendientes a garantizar los derechos en el campo específico de la comunicación”.

*“Entendemos os meios de comunicação como espaços estratégicos para a expressão, mobilização, transformação sociocultural e política e para a produção de igualdade em que a comunicação midiática não se restringe a conteúdos e efeitos, mas a processos que possibilitam usos dos recursos midiáticos por parte de diferentes setores sociais.” (MATA, 2006 & COGO, 2010, *apud* COGO, 2012).*

Para que se alcance o processo pleno de cidadania sob a lógica comunicativa não basta que o sujeito social tenha o direito de ser informado, mas também de informar e buscar informações e bens culturais. Tais direitos esbarram na lógica de mercado que, para Mata (2006), se continuar como único regulador dos meios de comunicação, poucas serão as chances para pensarmos um exercício efetivo de cidadania.

No Brasil ao menos 85% de todo o sistema de comunicação está concentrado em mãos privadas, enquanto que os 15% restante estão distribuídos entre outros espaços da esfera midiática, como os espaços públicos/estatais e comunitários⁶. Camacho (2011) coloca que:

“Desarrollar la ciudadanía es incidir desde la vida cotidiana en la toma de decisiones y posiciones — por medio de la participación activa y la asunción responsable de derechos y deberes — que afectan la pertenencia a una comunidad, a la sociedad civil, con el propósito de desarrollar acciones destinadas a gestar colectivamente el propio destino, esto es, la capacidad de ser sujeto protagónico de la construcción pública con otros a partir del reconocimiento de la individualidad que marca la diversidad.” (CAMACHO, 2011, p. 149).

Neste sentido, diante do desequilíbrio existente no sistema midiático brasileiro, seguimos com o desafio de exercer a cidadania tal como apresentada acima por Camacho (2011). Lima (2006) apresenta pensamento coerente ao de Camacho quando considera as três dimensões da cidadania propostas por T. H. Marshall em 1949 – civil, política e social – e as relaciona com a ideia de cidadania comunicativa.

“A comunicação perpassa todas as três dimensões da cidadania, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil — liberdade individual de expressão; em direito político — através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado; e em direito social — através do direito a uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de ideias e opiniões.” (LIMA, 2006, p. 11).

Face ao exposto, é válido dizer que mesmo as TICs propiciando atualmente a multiplicação dos espaços democráticos de comunicação, são muitos os entraves que nos são apresentados até que possamos alcançar uma comunicação cidadã efetiva, uma vez que “a falta de pluralidade (concentração da mídia em poucos grupos privados) e de diversidade, ou seja, de conteúdos ou programas que contemplem os distintos interesses da sociedade é um problema histórico do contexto comunicacional brasileiro” (LACERDA, 2013, p. 06).

4. Considerações

Nenhuma revolução tecnológica “pode ser, em sentido algum, puramente técnica” (HALL, 2003, p. 253); sendo assim, sabemos que dentre tantas outras consequências técnicas e sociais, a presença massiva das TICs resultou em mudanças nas práticas da rotina jornalística. Se antes havia demarcações rígidas entre quem produz e quem recebe informação, hoje os papéis se confundem; temos o “cidadão repórter”, os “neojornalistas”, que viabilizam a ideia do jornalismo participativo.

Stuart Hall (2003) nos diz que as hegemonias não são eternas, modificam-se com os embates. Em analogia, temos que a posição dos dominantes e dominados no cenário midiático varia mediante as compactuações, rejeições, negociações; logo, o contexto se modifica, e o cidadão que antes via tudo acontecer do sofá de casa, meio que passivamente, assume papel ativo na produção jornalística.

Devido às facilidades oferecidas, a internet é o meio mais utilizado para a circulação de conteúdo produzido pelos que se aventuram no mundo jornalístico sem uma formação profissional

prévia. É neste espaço, tido como o mais democrático dos meios de comunicação, que o jornalismo participativo se desenvolve em sua essência. Por outro lado, os grandes veículos de comunicação, estrategicamente, se utilizam da proposta para obter a informação mais rápida e barata através do cidadão repórter, que está no lugar onde o fato acontece.

Portanto, para pensarmos o jornalismo participativo enquanto prática cidadã temos que tomá-lo em sua essência, enquanto proposta democrática de produção, edição e multiplicação de conteúdo norteados pela liberdade de expressão.



Referências

CAMACHO AZURDUY, C. A. *Propuesta de un modelo de comunicación masiva para la construcción de ciudadanía en América Latina*. In: PERUZZO, C. M. K.; TUFTE, T.; CASANOVA, J. V. *Trazos de otra comunicación en América Latina: prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales*. Barranquilla-Colombia: Editorial Universidad del Norte, 2011, p. 142-163.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COGO, Denise (Org.); ELHAJJI, Mohamed (Org.); HUERTAS, Amparo (Org.). *Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales*. 1. ed. Barcelona: Institut de la Comunicació (InCom-UAB), 2012. v. 1. 528p. Disponível em: <http://incom.uab.cat/diasporas/download/diasporas_migraciones_tic_identidades_02.pdf>. Visto em: 23 jul. 2013.

HALL, Stuart. *Notas sobre a desconstrução do “popular”*. In: *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Unesco, 2003, p.247-264.

LACERDA, J. S. *Usos e apropriações das campanhas midiáticas de prevenção das DST/Aids entre adolescentes e jovens do bairro de Mãe Luiza, Natal-RN*. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus-AM, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0056-1.pdf>>. Visto em: 17 dez. 2013.

LEMONS, André. *Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos Dispositivos Híbridos Móveis de Conexão Multirredes (DHMCM)*. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, vol.4, n.10, p.23 – 40, jul. 2007.

LIMA, Venício A. de. *Comunicação, poder e cidadania*. *Rastros – Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação*. Ano VII, N. 7, 2006, p. 8-16.

LIMA, Venício A. de. *Como democratizar as comunicações*. Observatório da Imprensa. ed. 555. Ano 17, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/como-democratizar-as-comunicacoes>>. Acesso em: 02 out. 2012.

MATA, M. C. *Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación*. *Fronteiras – estudos midiáticos*, vol. VIII, n.1, p. 5-15, janeiro/abril 2006.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Crítica da Mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano*. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs). *Observatório de mídia - olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo. *Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias*. Revista Contracampo. N. 14, 2006, p. 37-56. Disponível em: <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/512>. Visto em: 5. jan. 2014.

RAMONET, Ignacio. *A explosão do jornalismo na era digital*. In: MORAES, Dênis (org.); RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SCHWINGEL, Carla. *Ciberjornalismo*. São Paulo: Paulinas, 2012.

Notas

¹ Sabemos que o conceito de passividade, neste contexto, não deverá ser levado ao pé da letra: o sujeito receptor sempre teve espaço para concordar, discordar ou acrescentar sobre algo, mesmo quando, por não contar com as TICs, limitava-se em seu círculo social de convivência.

² Os termos “ciberjornalismo” e “webjornalismo” são, neste artigo, utilizados como sinônimos; a variação se deve à preferência dos autores que nos embasaram e foram citados durante o texto.

³ Sistema que permite a colaboração na produção de conteúdo de um site, com o uso de um browser (programa de computador) comum e sem a necessidade de conhecer a linguagem HTML.

⁴ O termo surgiu quando, no início dos anos 80 a Coreia do Sul se via mergulhada em uma ditadura militar e a liberdade de expressão, assim como os movimentos sociais, eram reprimidos; na década de 90 – início da redemocratização - três grandes grupos de mídia, ligados ao governo federal, passaram a dominar 80% da imprensa; neste contexto foi criado, em 2000, o OhmyNews, que objetivava defender pontos de vista liberais e se firmava na ideia de que todo cidadão é um repórter. Os habitantes do país ganharam aí um espaço para publicar informações – através do envio de artigos – de interesse público que estavam estrategicamente ausentes nos jornais da mídia dominante.

⁵ O jornalismo participativo pode – e não raro isso acontece – se apresentar como uma estratégia dos grandes veículos de comunicação em busca da informação rápida e barata; por esse motivo optamos por inserir no texto a observação “quando bem aplicada”.

⁶ Dados repassados por Dênis de Moraes durante palestra ministrada em junho de 2013 por ocasião do encerramento do III Seminário Interdisciplinar sobre Comunicação, Mídia e Direitos Humanos realizado na UFRN.